



Revista de Ciências da Administração

ISSN: 1516-3865

rca.cse@contato.ufsc.br

Universidade Federal de Santa Catarina
Brasil

Justen, Carlos Eduardo; Moretto Neto, Luís; Otolini Garrido, Paulo; Rodrigues, Leonel Cezar
SEMEANDO O ANTROPOFAGISMO NA PRODUÇÃO ACADÊMICA INSTITUCIONALISTA
BRASILEIRA EM ADMINISTRAÇÃO A PARTIR DE ABORDAGEM INTERDISCIPLINAR

Revista de Ciências da Administração, vol. 14, núm. 34, diciembre, 2012, pp. 9-23

Universidade Federal de Santa Catarina
Santa Catarina, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=273524780002>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais artigos
- Home da revista no Redalyc

redalyc.org

Sistema de Informação Científica

Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal

Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto

SEMEANDO O ANTROPOFAGISMO NA PRODUÇÃO ACADÊMICA INSTITUCIONALISTA BRASILEIRA EM ADMINISTRAÇÃO A PARTIR DE ABORDAGEM INTERDISCIPLINAR

*Sowing The Antropophagy in a Brazilian Institutional Academic
Production in Administration, from the Interdisciplinary
Approach*

Carlos Eduardo Justen

Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Administração, Universidade Federal de Santa Catarina – Santo Amaro da Imperatriz – SC, Brasil. E-mail: justencarlos@gmail.com

Luís Moretto Neto

Professor do Programa de Pós-Graduação em Administração, Universidade Federal de Santa Catarina – Florianópolis – SC, Brasil. E-mail: moretto@cse.ufsc.br

Paulo Otolini Garrido

Professor do Programa de Graduação em Administração, Universidade Federal de Santa Catarina – Florianópolis – SC, Brasil. E-mail: pogarrido@uol.ufsc.br

Leonel Cezar Rodrigues

Professor do Programa de Pós-Graduação em Administração, Universidade Nove de Julho – São Paulo – SP, Brasil. E-mail: leonelcz@gmail.com

Resumo

Este estudo teórico tem o objetivo de demonstrar uma nova visão sobre os trabalhos neoinstitucionalistas brasileiros em administração: a do holindividualismo, a partir de abordagem interdisciplinar. Neste trabalho, demonstra-se que, além do predomínio anglo-saxão nos estudos neoinstitucionalistas brasileiros no campo da Administração, é dado destaque à orientação sociológica em detrimento de outras perspectivas teóricas, como a do neoinstitucionalismo histórico e econômico. A partir da discussão de dois elementos estruturantes do neoinstitucionalismo – instituição e legitimidade – revisita-se o momento da produção acadêmica institucionalista brasileira em administração para, como desfecho, advogar-se o antropofagismo: à importação intelectual devem ser conferidos significado, cor, valor e matiz locais.

Palavras-chave: Neoinstitucionalismo. Estudos Organizacionais. Holindividualismo.

Abstract

This theoretical study aims to demonstrate a new view on the Brazilian non-institutional studies in administration: of the holindividualismo, from an interdisciplinary approach. It demonstrates that, besides the predominantly Anglo-Saxon Brazilian studies in the neo-institutionalist field of administration, it gives a prominence to the sociological orientation to the detriment of other theoretical perspectives, such as neo-institutionalism and economic history. From the discussion of two key aspects of neo-institutionalism-institution-and legitimacy to revisit the time of the Brazilian academic institutionalism administration as an outcome, to advocate the antropophagy: the imported rights should be given meaning, color, value and hue sites.

Key words: Neoinstitutionalism. Organizational Studies. Holindividualismo.



1 INTRODUÇÃO

O arcabouço teórico que se convencionou denominar de neoinstitucionalismo vem merecendo progressiva atenção por parte da academia brasileira. Todavia, esse recente destaque, não obstante alguns desenvolvimentos no plano da discussão teórica, carece de amplitude e aprofundamento no plano da aplicação prática. No Brasil, as pesquisas empíricas sobre neoinstitucionalismo no campo da Administração restringem-se a uma perspectiva bastante atrofiada, concentrada, em grande medida, nos fenômenos do isomorfismo e do *decoupling*¹ (KIRSCHBAUM; CRUBELLATE, 2009), das estratégias de legitimação e dos processos de institucionalização de campos organizacionais. (CARVALHO; VIEIRA; GOULART, 2005a)

A estreita exploração empírica, advoga-se, é fruto da interpretação dada aos estudos institucionais no contexto acadêmico brasileiro. Por aqui, afora a incipiente exploração do neoinstitucionalismo sociológico e sua potencial contribuição, imperam críticas contundentes acerca do viés conservador do neoinstitucionalismo (CARVALHO; VIEIRA; GOULART, 2005a; SCHOMMER, 2003; PECI, 2006; MACHADO-DASILVA; FONSECA; CRUBELLATE, 2005; CRUBELLATE; PASCUCCI; GRAVE, 2008), que, no entendimento dos pesquisadores locais, enfatiza o determinismo social, a homogeneidade em detrimento da mudança e a omissão quanto ao interesse dos agentes institucionais (capacidade de agência).

O panorama local da produção científica, em Administração, acerca do neoinstitucionalismo, é completado quando o foco volta-se para a análise dos referenciais teóricos utilizados, predominantemente estrangeiros (especialmente anglo-saxônicos) e restritos a um seleto corpo de notáveis pesquisadores, dentre os quais, em especial, Paul J. DiMaggio, Walter W. Powell, J. W. Meyer, B. Rowan, W. Richard Scott, Pamela S. Tolbert e Lynne G. Zucker. A propalada predominância ocorre em função da ausência de uma vertente teórica do institucionalismo adaptada à realidade brasileira, um modelo construído e sustentado institucionalmente a partir da realidade organizacional e societal nacional.

A posição deste ensaio teórico não é, obviamente, a de propor um modelo teórico-empírico institucional à brasileira, mas sim a de demonstrar sua necessidade, a partir do resgate dos principais estudos, contribuições e possibilidades de avanço da pesquisa científica brasileira em neoinstitucionalismo, restrita ao campo da Administração. Ficará demonstrado que, além do contexto já circunscrito, negligenciam-se, localmente, contribuições de outras orientações que não a do (neo) institucionalismo sociológico.

Para tanto, optou-se por estruturar o presente ensaio com o intuito: primeiro, de apresentar uma discussão teórica acerca dos conceitos-chave que, no conjunto, formam a estrutura teórica do neoinstitucionalismo, com ênfase em suas orientações política, econômica e sociológica; segundo, de demonstrar o *momentum* da produção acadêmica brasileira institucionalista em Ciências da Administração; e, por fim, de evidenciar a necessidade da construção de uma teoria neoinstitucional a partir da realidade local.

Entende-se, em associação com Hall e Taylor (2003), que a exploração conjunta das orientações ou versões do neoinstitucionalismo permite não só uma visão mais acurada das problemáticas subjacentes ao paradigma de cada orientação tomada individualmente, mas também o reforço e a amplitude alargada no que toca às premissas de uma teoria comum do institucionalismo, concebido assim como um holindividualismo. (THÉRET, 2003)

O holindividualismo, tomado *lato sensu*, é uma tentativa de resposta à aparente fragmentação de abordagens na teoria institucional, sendo, na tríade proposta por Reed (2004)², uma análise crítica dos paradigmas da temática com o fito de conduzir a um direcionamento da produção do conhecimento.

2 O NEOINSTITUCIONALISMO REVISITADO: ELEMENTOS ESTRUTURANTES

Para March e Olsen (2008, p. 138), o neoinstitucionalismo é um “[...] preconceito de bases empíricas [...]”, pois fornece *insights* que tornam contraditória e

1 Separação entre estruturas formais e práticas organizacionais; entre teoria das organizações e prática. (KIRSCHBAUM; CRUBELLATE, 2009; MOTTA; VASCONCELOS, 2002)

2 Reed (2004) compreende que, diante da fragmentação dos estudos organizacionais, há três possíveis reações: (a) a escolha de uma teoria como certa e irrefutável; (b) a compilação de teorias para a produção de conhecimento; e (c) a análise crítica das teorias existentes como ponto de partida e central na produção do conhecimento.



paradoxal a realidade que observamos e a leitura que é feita dessa realidade por parte das teorias vigentes.

Essa relação contestada entre teoria e prática advinda do neoinstitucionalismo, na produção científica em Administração, é em parte relativizada quando, de modo predominante, acolhe-se o neoinstitucionalismo sociológico em detrimento de outras vertentes do mesmo corpo teórico, ao ponto de um despercebido erroneamente conceber a vertente sociológica como o próprio neoinstitucionalismo em sua essência. Isso, possivelmente, diante do predomínio dos referenciais teóricos americanos, que advogam ter o neoinstitucionalismo “[...] um sabor claramente sociológico.” (DIMAGGIO; POWELL, 1991, p. 11 *apud* FONSECA, 2003, p. 48)

Nesse sentido, ao mesmo tempo em que pode ser pensado como um holindividualismo, o neoinstitucionalismo é uma radial de vertentes teórico-disciplinares. Recentes estudos procuraram demonstrar ambas as perspectivas, seja mediante a ênfase na diversidade em variadas disciplinas, como fizeram DiMaggio e Powell e os reproduziram localmente Carvalho, Vieira e Goulart (2005a) e Carvalho, Vieira e Lopes (1999), seja por intermédio da ênfase na diversidade intradisciplinar (HALL; TAYLOR, 2003). Não obstante, o arcabouço teórico do neoinstitucionalismo, vislumbrado no conjunto de suas vertentes, alicerça-se sobre dois conceitos fundamentais.

O primeiro deles é o de instituição, considerado condição *sine qua non* para o entendimento da realidade social. Para Peci (2006), uma das primeiras tentativas de introduzir a noção de instituição foi empreendida por Everett Hughes, que a definiu como “[...] um empreendimento social implementado de maneira esperada e permanente” (HUGHES, 1942, p. 307 *apud* PECI, 2006, p. 2). Nesse sentido, Philip Selznick, reputado como o precursor do institucionalismo sociológico, definiu instituição como o resultado natural das demandas sociais, com caráter específico e perene, independentemente de sua atividade produtiva. (CARVALHO; VIEIRA; GOULART, 2005a)

Ainda dentro do institucionalismo sociológico, mas em sua corrente “neo”, as instituições são vistas como “[...] estruturas e atividades cognitivas, normativas e regulativas, que dão estabilidade e significado ao comportamento social” (SCOTT, 1995, p. 33 *apud* MISOCZKY, 2005, p. 3). Seriam, assim, “[...] um padrão (que se pode manifestar como prática, papel, objeto,

organização e/ou embalagem) durável e persistente, referente à condição epistêmica, moral e de poder.” (PECI; VIEIRA, 2007, p. 7)

No contexto do neoinstitucionalismo histórico, por seu turno, a noção de instituição atrela-se “[...] aos procedimentos, protocolos, normas e convenções oficiais e oficiosas inerentes à estrutura organizacional da comunidade política ou da economia política” (HALL; TAYLOR, 2003, p. 196). Tais “condutas sociais” são associadas, pelos institucionalistas históricos, às organizações formais. Essa é, em grande medida, a acepção dada ao termo instituição por Silva e Oliveira (2008), quando eles o concebem como um procedimento organizado e estabelecido, regrado e reproduzido a partir de convenções sociais dominantes.

Já o neoinstitucionalismo econômico percebe as instituições como um fenômeno alternativo ao mecanismo de regulação de mercado. Assim, as instituições cumprem importante papel de coordenação dos atores institucionais ao dispensarem ou complementarem os mecanismos de mercado (THÉRET, 2003). Um conceito de instituição muito influente no neoinstitucionalismo econômico é o de Oliver Williamson e o da nova economia institucional, para o qual a instituição é o produto do esforço no sentido de reduzir os custos de transação entre ela própria e o mercado (HALL; TAYLOR, 2003). Há, assim, ênfase nos elementos estruturais da instituição.

E, por fim, o neoinstitucionalismo político compreende as instituições como parte integrante da sociedade e dela identificável, resultantes das consequências agregadas de comportamentos individuais e de grupo, de matiz substancialmente simbólico. (MARCH; OLSEN, 2008)

Em comum, apesar das distinções implícitas, as representações de instituição que cada vertente do neoinstitucionalismo constrói demonstram: ser o conceito amplo, abarcando costumes, práticas, relações, organizações e comportamentos; representar um modelo ou padrão a ser emulado ou seguido; ser fenômeno relevante na vida comunal ou social; e ser associada a organizações consideradas importantes ou relevantes (PECI; VIEIRA; CLEGG, 2006). A noção básica de perenidade, de sobrevivência continuada, também é compartilhada pelo neoinstitucionalismo.

O segundo conceito fundamental é o de legitimidade, relacionado à forma pela qual as instituições

conseguem perpetuar-se ao longo do tempo. Algo pacífico entre os neoinstitucionalistas é o entendimento de que as instituições influenciam o comportamento dos indivíduos. Para tanto, são elas, de algum modo, legitimadas por esses indivíduos para que a relação de influência tenha início e seja efetivada. Está na compreensão da legitimidade a resposta para a problemática da origem e da modificação das instituições.

Para Mueller (2006, p. 28), o conceito de legitimidade é usual a todas as atividades sociais, sendo amiúde associado a “[...] poder, autoridade, consenso, crenças, normas e leis, conformidade, estabilidade, controle social, desvio e repressão”. Sua *raison d’être* reside no fato de que a simples imposição de regras, padrões ou protocolos, ditos “racionais”, não necessariamente garante a aderência de indivíduos e instituições.

No âmbito dos estudos organizacionais, Max Weber foi um dos primeiros a suscitar a questão da legitimidade. Para ele, a legitimidade de uma ordem era garantida seja por aspectos de foro íntimo, a partir de demandas afetiva, racional com relação a valores ou religiosa, seja pela expectativa de determinadas consequências externas. (MISOCZKY, 2005)

Nesse sentido, uma ordem transforma-se em convenção, isto é, torna-se institucionalizada, pois perene, quando sua validade está garantida pela expectativa de reprovação social diante uma conduta destoante. Assim, dessa visão, predominante no neoinstitucionalismo sociológico, decorre que a legitimidade gera e/ou pode ser associada à conformidade.

Tyler (2006 *apud* MUELLER, 2006, p. 28), em complemento, arrazoa que a conformidade, denominada por ele de compromisso social voluntário, é resultado da legitimação da autoridade e baseia-se na “[...] crença que autoridades, instituições e organizações sociais são corretas, adequadas e justas, levando as pessoas a se sentirem obrigadas a obedecer àquelas autoridades, instituições e organizações sociais”. Essa é a versão de legitimidade, presente no neoinstitucionalismo sociológico, como um fenômeno que torna algo *taken for granted* (tomado como certo), fazendo de uma prática, procedimento ou conduta uma verdade absoluta. No campo organizacional, passa a instituição ser legítima quando desenvolve aquilo reputado de racional pela sociedade.

Associada a consenso, por sua vez, a legitimidade é um “[...] processo que conforma o inaceitável às normas, valores, práticas e procedimentos aceitáveis” (ZELDITCH, 2001, p. 9 *apud* MUELLER, 2006, p. 28). Nesse sentido, o poder torna-se legítimo quando houver um equilíbrio entre seu exercício efetivo e a noção social da forma como ele deve ser exercido (BISSOT, 2002 *apud* MUELLER, 2006). Uma vez havendo consenso em relação ao exercício do poder, gera-se a conformidade. A legitimidade como consenso, destarte, é um precedente da conformidade, sendo identificada nos estágios de institucionalização de um dado fenômeno.

Na visão de Berger e Luckmann (1996), a realidade que se vivencia é racionalmente estruturada, sendo esse racionalismo anterior à existência individual. À medida que ocorre a socialização, o indivíduo compartilha seu significado de realidade com o significado de seus semelhantes, resultado daí uma produção social do conhecimento. Assim, o que é considerado racional e, portanto, legítimo, decorre de um processo de construção social, em que de uma práxis isolada e desconexa surge, com o tempo e a intensidade das relações, o consenso. A partir deste, a suposição institucional é a do surgimento da conformidade.

3 AS VERTENTES DO NEOINSTITUCIONALISMO: CONTRIBUIÇÕES PARA O ESTUDO DAS ORGANIZAÇÕES

No entendimento de Théret (2003), o neoinstitucionalismo básico apresenta-se em Ciência Política, Economia e Sociologia a partir de um conjunto de características semelhantes, ao ponto de convergirem, no conjunto, ao holindividualismo. Nos estudos organizacionais conduzidos pela academia brasileira, é dada ênfase ao neoinstitucionalismo sociológico, quando o estudo das outras vertentes institucionalistas pode trazer significativas contribuições.

Doravante, serão abordadas as vertentes teórico-disciplinares do institucionalismo, sendo a discussão balizada por três indagações: (1) Como se dá a relação entre instituição e comportamento? (2) Como as instituições surgem e se modificam? (HALL; TAYLOR, 2003); e (3) Quais as possíveis contribuições aos estudos organizacionais?

3.1 O Neoinstitucionalismo Histórico

O neoinstitucionalismo histórico foi identificado por Hall e Taylor (2003) como uma das vertentes teóricas do neoinstitucionalismo ligada à Ciência Política. Sua exploração nos estudos organizacionais brasileiros encontra-se em fase embrionária.

O surgimento do novo institucionalismo histórico deu-se como uma reação aos estudos predominantes em Ciência Política durante as décadas de 1960 e 1970, que concebiam grupos como estrutura analítica fundamental da vida política e adotavam como premissa epistemológica o funcionalismo estrutural; o que enaltecia as características sociais, psicológicas e culturais dos indivíduos como razões para o funcionamento do sistema político, em detrimento da organização institucional da comunidade. (HALL; TAYLOR, 2003)

Nesse institucionalismo, a relação entre instituição e comportamento (ação) é explicada mediante um *continuum* ampliado, a partir do que Hall e Taylor (2003) chamam de perspectiva calculadora e perspectiva cultural.

A primeira enfatiza o caráter instrumental e “estratégico” do comportamento (THÉRET, 2003). Os indivíduos agiriam com o objetivo de maximizar os resultados a partir de um conjunto de preferências preconcebidas. Para March e Olsen (2008), essa “metáfora da escolha”, ao considerar o critério norteador da decisão – as preferências e valores daquele que decide – como elemento estável, consistente e exógeno ao processo institucional, recai em falha capital, pois como as consequências das decisões são projetadas para o futuro, não basta existir apenas a projeção antecipada do que acontecerá, mas também a previsão das preferências e dos valores do tomador de decisão no tempo futuro.

Na perspectiva calculadora, o papel das instituições é o criar uma redoma de certeza aos indivíduos, servindo de preditora do comportamento de seus semelhantes (HALL; TAYLOR, 2003). É assim, por exemplo, que um superior pode prever a reação de um subordinado diante de uma decisão que o afetará, pois essa reação estará fortemente condicionada aos mecanismos de coerção e de punição previstos no regulamento oficial da organização.

A segunda perspectiva, por sua vez, até reconhece a existência do comportamento utilitário; contudo, em

termos bastante restritos. A decisão seria norteadora pela visão de mundo peculiar ao indivíduo, desenvolvida pela combinação entre educação, doutrinação e experiência (COHEN; AXELROD, 1984 *apud* MARCH; OLSEN, 2008), e pelas rotinas, protocolos e modelos já existentes. Assim, o indivíduo, ao tomar uma decisão, adotaria uma postura de satisfação, não de maximização, pois cômico de suas limitações cognitivas, psicológicas e físicas. É a “metáfora do dever”, por meio da qual a ação é relacionada à certa situação por intermédio de mecanismos de adequação. (MARCH; OLSEN, 2008)

Neste caso, as instituições também atuam como fontes de certeza, mas de maneira diferente da perspectiva calculadora. O insumo passa a ser modelos morais e cognitivos que possibilitam a ação (HALL; TAYLOR, 2003). Ou seja, as instituições moldam a interpretação que o indivíduo faz do mundo em seu entorno. Conforme já mencionado, o novo institucionalismo histórico compreende a relação entre instituição e comportamento de uma forma não excludente, mas complementar: o cálculo utilitário estratégico existe, mas é fortemente influenciado pelas diferentes percepções de mundo que o indivíduo possui, de forma que interesses e preferências não são dados aprioristicamente, mas construídos no contexto de um processo político. (THÉRET, 2003)

Dessa complementaridade, surge a explicação do novo institucionalismo histórico quanto à origem e modificação das instituições: a mediação de conflitos de interesse e de assimetria de poder (TAYLOR; HALL, 2003). A instituição, pois, surge e é modificada com base no conflito. Como se percebe, nesta vertente teórico-disciplinar do institucionalismo é dado destaque ao poder e à sua distribuição irregular, em especial ao modo como o poder institucional é repartido desigualmente entre os grupos sociais. A conformidade é resultado da mescla entre conveniência e expectativa social e não apenas desta última.

O neoinstitucionalismo histórico, ainda, tem como base de análise o conceito de *path dependency*, ou trajetória percorrida, que refuta um isomorfismo absoluto em benefício de flexibilizações para cada contexto local, diante de suas peculiaridades, fruto de acumulações passadas (HALL; TAYLOR, 2003; FERNANDES, 2007). As propriedades institucionais não seriam reproduzidas estancas para todo contexto, mas sofreriam adaptações contingenciais.

Dessa feita, o novo institucionalismo histórico é capaz de contribuir para os estudos organizacionais, em geral, e para os estudos institucionalistas (sociológicos) brasileiros, em particular: (a) adicionando à perspectiva analítica macrosociológica (campo organizacional como unidade autônoma) a análise microsociológica, a partir das relações entre indivíduos institucionais e entre estes e as instituições; (b) questionando o caráter de conformidade absoluta que fazem crer os neoinstitucionalistas sociológicos, os quais tendem, no âmbito local, a omitir a capacidade de agência dos indivíduos e das instituições. Ao coadunar as perspectivas calculadora e cultural, obtém-se uma compreensão mais realista do comportamento do ator institucional, que age em termos de preferências e escolhas (cálculo estratégico) limitadas pela percepção da realidade institucionalmente construída; (c) acrescentando o elemento poder às discussões institucionalistas-sociológicas modernas, que, na crítica contundente de Peci (2006), é uma dimensão ignorada. Os neoinstitucionalistas históricos concebem as organizações como sistemas assimétricos de distribuição de poder; (d) revendo, a partir da *path dependency*, o conceito de isomorfismo organizacional substancialmente disseminado pelos estudos locais, que o associam a reprodução estanque, não considerando os aspectos particulares de um determinado contexto. A crítica não é quanto à existência do isomorfismo, mas sim quanto a sua aceção em termos absolutos. O isomorfismo é, em grande parte, relativo.

3.2 O Neoinstitucionalismo Econômico

Também denominado na Ciência Política como institucionalismo da escolha racional (HALL; TAYLOR, 2003), o novo institucionalismo econômico, como advoga Théret (2003), é, em verdade, um corpo de conhecimento tripolar formado pela nova economia institucional, identificada com o institucionalismo da escolha racional, pela teoria da regulação, identificada com o institucionalismo histórico, e pela economia das convenções, atrelada ao institucionalismo sociológico. O foco, aqui, será sobre o institucionalismo da escolha racional, consubstanciado na nova economia institucional.

A premissa epistemológica do novo institucionalismo econômico é a refutação do individualismo metodológico impregnado na visão econômica neoclássica,

deixando de tratar os indivíduos como elementos independentes, capazes de se autossustentar e com preferências aprioristicamente definidas, passando a analisar o mercado a partir do que Conceição (2002) chama de coletivismo metodológico.

O coletivismo metodológico materializa-se na tentativa de negar o funcionamento da economia como algo estanque, envolto em um sistema cujo centro é o mercado e a força centrípeta é a busca pelo equilíbrio ótimo. Dessa perspectiva de reação ao arcabouço teórico neoclássico, Samuels (*apud* CONCEIÇÃO, 2002) define o paradigma institucionalista como: (a) o papel das instituições (estrutura organizacional) como mecanismo de alocação de recursos; (b) a preocupação com a organização e o controle da economia, vista como algo mais abrangente do que o mercado; e (c) no uso de um ferramental multidisciplinar para a resolução de problemas, do que resulta um notável corpo de conhecimentos.

Essa multidisciplinaridade é composta de um conjunto de elementos (CONCEIÇÃO, 2001), do qual merecem destaque: (a) a aceitação da ocorrência de evolução social e econômica a partir da ação das instituições, que dessa forma são produto humano e, portanto, mutáveis; (b) a insistência do papel das instituições e suas estruturas de poder (em detrimento do mercado) como mecanismos de alocação de recursos; e (c) as aludidas estruturas de poder, em conjunto com as relações sociais, geram um espectro estrutural definido pela desigualdade de poder e pela hierarquia. Assim, devido às falhas de mercado, as instituições passariam a ocupar o lugar central na regulação da economia. Tal entendimento, em conjunto com o conceito de custos de transação, constitui a base da nova economia institucional.

Ronald Coase, Oliver Williamson e Douglas North, principais teóricos da nova economia institucional, desenvolveram uma escola de pensamento em economia, a partir de três marcos estruturantes consubstanciados: nas transações e nos custos delas decorrentes, que definem formas institucionais de organização distintas; nas falhas de mercado, que conferem destaque às hierarquias (estrutura organizacional); e no fato de que a tecnologia, embora importante, não determina por si só a hierarquia da firma.

Os custos de transação, segundo Fiani (2003), são aqueles com os quais os agentes econômicos se



deparam sempre que há necessidade de lançar mão do mercado. São representados pelos custos inerentes à negociação, redação e garantia de que um contrato será honrado. A premissa subjacente é a da racionalidade limitada e do oportunismo. Da combinação entre racionalidade limitada e oportunismo tem-se a organização interna (hierarquia) da firma. Em outras palavras, as transações constituem o elemento determinante da estrutura hierárquica da instituição, moldando inclusive seu comportamento.

Com base no conceito de custos de transação, a nova economia institucional elevou as instituições à categoria de principal elemento no processo de desenvolvimento da sociedade (CONCEIÇÃO, 2002), visto que somente sobreviveriam as estruturas institucionais cujos benefícios excederiam os custos. Przeworski (2005), por sua vez, critica tal entendimento, pois isso induziria à falha epistemológica de que, após estabelecidas, as instituições com menores custos de transação se reproduziriam e bloqueariam a mudança.

Assim, a concepção de indivíduo no novo institucionalismo econômico é, em parte, a de um homem operacional (RAMOS, 1981), que partilha de uma série de preferências e comporta-se com o intuito de maximizá-las, a partir de cálculos estratégicos. O indivíduo, assim, agiria com base em seu interesse, o que, segundo Théret (2003, p. 238), possivelmente implica conformidade a regras estabelecidas, pois elas seriam “[...] o resultado da ação racional de agentes racionais que procuram regular eficazmente as condutas de terceiros”.

O cálculo estratégico deixa, diferentemente do novo institucionalismo histórico, de ser determinado por forças históricas. A explicação passa a residir nas preferências individuais e na expectativa do indivíduo em relação ao provável comportamento de seus congêneres. Essa relação entre preferências e expectativas é influenciada pela estrutura institucional existente, que se explica, como já mencionado, pela maneira como as instituições buscam reduzir os custos de transação. (HALL; TAYLOR, 2003)

Dessa feita, o comportamento individual, de caráter otimizador, instrumental e contratualista (THÉRET, 2003), necessita de um mecanismo capaz de pôr equilíbrio aos múltiplos conflitos resultantes da diversidade de interesses e de preferências antagônicas. Tal papel é o desenvolvido pelas instituições. As instituições,

então, surgiriam com base nas funções que cumprem (mecanismo de coordenação e resolução de conflitos) e pelas vantagens que geram (minimização dos custos de transação). Sua permanência seria definida pela capacidade de gerenciar os custos de transação.

Advoga-se, no presente ensaio, que o novo institucionalismo econômico, ao ser explorado em conjunto com as demais vertentes teórico-disciplinares institucionalistas, é capaz de trazer potenciais contribuições aos estudos organizacionais e institucionais brasileiros quando: (a) compartilhando da perspectiva cognitiva do novo institucionalismo sociológico, permite vislumbrar a relação ambiente-organização-agente de forma dinâmica: como o conjunto de organizações pode influenciar o ambiente institucional e como ele pode influenciar o comportamento do agente; (b) assume o caráter crítico do intercâmbio de bens e serviços e das estruturas que determinam tal intercâmbio. As relações interorganizacionais predominam sobre a produção organizacional; (c) converge para a noção de sobrevivência a partir da eficiência técnica, que, não obstante considerada, tende a ser menosprezada pela mainstream do novo institucionalismo sociológico; e (d) considera como pressupostos comportamentais o oportunismo e a racionalidade limitada que, se explorados pelo novo institucionalismo sociológico, podem minorar as críticas acerca do determinismo ambiental que apregoa.

3.3 O Neoinstitucionalismo Sociológico

O neoinstitucionalismo sociológico é a vertente teórico-disciplinar que predomina nos estudos organizacionais, especialmente em âmbito local. Philip Selznick, a partir de sua seminal obra *TVA and the Grass Roots*, é considerado o precursor do neoinstitucionalismo sociológico (CARVALHO; VIEIRA; LOPES, 1999; FONSECA, 2003). Ligado ao velho institucionalismo, Selznick via na institucionalização o modo pelo qual uma estrutura adquiria caráter distintivo.

Após suas proposições, com a maior atenção dada às organizações e tendo em vista as modificações ocorridas na estrutura da sociedade nas décadas de 1950 e 1960, passou o arcabouço teórico do institucionalismo sociológico a se encorpar. No final da década de 1960 e início da subsequente, a pesquisa organizacional passou a incluir em seu espectro os

efeitos das forças ambientais sobre a determinação da estrutura. (ZUCKER; TOLBERT, 2004; CARVALHO; VIEIRA; GOULART, 2005a)

A modificação precípua é trazida por Meyer e Rowan que, em fins da década de 1970, defendem que as estruturas formais geram, concomitantemente, tanto ações (objetivas) quanto propriedades simbólicas (subjetivas). A estrutura, destarte, passou a ser vista não apenas como o resultado de aspectos de eficiência (requisitos técnicos), mas também de condicionantes sociais. Outrossim, reconhece-se o uso da estrutura formal para fins simbólicos. Emerge daí a concepção cultural de indivíduo, que aceita e segue normas sociais coerentes com sua percepção de realidade e com a percepção da realidade institucionalizada (propriedades simbólicas), não deixando seus interesses de lado (requisitos técnicos).

Desse repensar a estrutura como a união de ação e de símbolo é o que se convencionou denominar novo institucionalismo sociológico. Para DiMaggio e Powell (1991, p. 8 *apud* MACHADO-DA-SILVA; FONSECA; CRUBELLATE, 2005, p. 18), o neoinstitucionalismo sociológico é caracterizado por quatro elementos principais:

[...] uma rejeição aos modelos de ator racional, um interesse em instituições como variáveis independentes, um movimento em direção a explicações cognitivas e culturais, e um interesse particular em propriedades de unidades de análise supra-individuais.

Nesse sentido, a principal contribuição imputada aos neoinstitucionalistas sociológicos é a inclusão, na formação dos ambientes organizacionais, de elementos simbólicos (CARVALHO; VIEIRA; LOPES, 1999; CARVALHO; VIEIRA; GOULART, 2005a; MACHADO-DA-SILVA; FONSECA; CRUBELLATE, 2005; FONSECA, 2003). Dessa feita, a noção de ambiente perpassa a simples fonte e destino de recursos materiais, adquirindo status de fonte e destino de recursos simbólicos, em especial reconhecimento simbólico e legitimação. A sobrevivência organizacional deixa de ser concebida apenas a partir da busca da eficiência, mas também a partir do alcance da legitimidade.

Subjacente a isso, está que a adoção da estrutura formal pode ocorrer sem relação com aspectos de coordenação e controle. Com isso, a atenção é direcionada

para elementos externos não relacionados ao processo de produção e passa-se a questionar a importância de características como tamanho e tecnologia. Supera-se, também, a premissa de que organizações tecnicamente ineficientes seriam cabalmente defenestradas do “mercado” por intermédio da competição. (ZUCKER; TOLBERT, 2004)

O “ser eficiente” encontra guarida na noção de ambiente técnico, domínio no qual

[...] um produto ou serviço é trocado no mercado e as organizações são premiadas pelo controle eficiente e eficaz do processo de trabalho. (SCOTT, 1992, p. 158 *apud* CARVALHO; VIEIRA; LOPES, 1999, p. 8)

O “ser aceito” encontra lugar no conceito de ambiente institucional, caracterizado pela

[...] elaboração de normas e exigências a que as organizações devem se conformar se querem obter apoio e legitimidade do ambiente. (SCOTT, 1992, p. 157 *apud* CARVALHO; VIEIRA; LOPES, 1999, p. 8)

Apesar de não serem excludentes, os ambientes: técnico e institucional apresentam critérios de sobrevivência distintos. No primeiro, evidencia-se a eficiência; no segundo, a conformidade. O conceito de conformidade é compreendido a partir da noção de isomorfismo organizacional. (DIMAGGIO; POWELL, 2005)

Na perspectiva de Hawley (1968 *apud* DIMAGGIO; POWELL, 2005, p. 76), o isomorfismo constitui “[...] um processo de restrição que força uma unidade em uma população a se assemelhar a outras unidades que enfrentam o mesmo conjunto de condições ambientais”. As organizações, assim, são influenciadas por pressões normativas do Estado e de outros organismos reguladores na tentativa de adaptarem suas estruturas e procedimentos às expectativas sociais vigentes. Assim, o fazem da forma julgada mais racional, isto é, emulando aquilo que já foi aplicado em outras organizações. (CARVALHO, 2000)

Assim como a distinção ambiente técnico/institucional, o isomorfismo apresenta duas nuances: o competitivo, identificado em ambientes marcados pela competição livre e aberta, sendo foco de análise da ecologia populacional; e o institucional, campo de atuação dos institucionalistas sociológicos, base



para a compreensão do simbolismo e do cerimonial latentes nas organizações hodiernas, com premissa na compatibilidade crescente das organizações com as características ambientais. (DIMAGGIO; POWELL, 2005)

Tal compatibilidade é decorrência da atuação de quatro mecanismos isomórficos. O isomorfismo coercitivo é fruto de pressões externas, formais e informais, emanadas de outras organizações (relação de dependência) e da sociedade em geral, materializando-se na força, na persuasão e no convite. No Brasil, sua dominância é justificada pela forte tradição patrimonialista e pelo processo de formação sociocultural brasileiro. O isomorfismo mimético traduz-se em resposta padronizada à incerteza. Assim, buscam-se modelos, práticas e procedimentos já testados ou experimentados alhures diante da incerteza ou da ambiguidade na adoção de solução *sui generis*. O isomorfismo normativo, por sua vez, é associado à profissionalização, às pressões normativas devido a um senso de obrigação ou de dever (base moral) para com altos padrões de desempenho, ditado por normas profissionais. O isomorfismo indutivo, por fim, é vinculado a incentivos financeiros indiretos, na forma de isenções ou remissões fiscais, ou mesmo promessa de algum incentivo ou privilégio futuro. (DIMAGGIO; POWELL, 2005; PECI, 2006; PACHECO, 2001; MACHADO-DA-SILVA; GONÇALVES, 2004; MOTTA; VASCONCELOS, 2002; DAFT, 2006)

O isomorfismo ocorre no que os institucionalistas denominam de campo organizacional³:

[...] aquelas organizações que, em conjunto, constituem uma área reconhecida da vida institucional: fornecedores-chave, consumidores de recursos e produtos, agências regulatórias e outras organizações que produzam serviços e produtos similares. (DIMAGGIO; POWELL, 2005, p. 76)

O conceito, assim posto, contém tanto um componente relacional quanto um processo de estruturação que culminará no isomorfismo organizacional.

O processo de estruturação institucional compreende o quinteto interação – quanto maior, mais estruturado o campo; dominação – quanto mais definida,

mais estruturado o campo; informação – quanto maior o fluxo, mais estruturado o campo; comunalidade e profissionalização – quanto mais comum tornar-se a consciência de negócio comum, mais estruturado o campo (DIMAGGIO; POWELL, 2005; SILVA; OLIVEIRA, 2008). Um campo estruturado gera a intensificação das práticas isomórficas, mediante os mecanismos já delineados.

A noção local de isomorfismo, muito atrelada ao aspecto de conservadorismo, vem sendo revista a partir de contribuições da teoria da cognição. A linha cognitiva contribui com a inserção das interpretações subjetivas das ações em um *continuum* que se inicia nas condições objetivas (CARVALHO; VIEIRA; LOPES, 1999), em que o indivíduo, isolado e coletivamente, constrói um quadro interpretativo compartilhado da realidade vivida, que servirá de referência para as ações a serem tomadas (CARVALHO; VIEIRA; GOULART, 2005b). Tal visão, baseada na sociologia do conhecimento de Berger e Luckmann, caracteriza o conhecimento como socialmente construído, ocorrendo, conjuntamente, neste processo, tanto a capacidade estratégica quanto a indução social, o que, no entendimento de Hall e Taylor (2003), constitui a perspectiva cultural.

A relação instituição e comportamento, sob o enfoque sociológico, dá-se a partir de uma perspectiva cognitiva, na qual, ao agir, o indivíduo de maneira concomitante utiliza e contorna os modelos institucionais existentes, em um processo recursivo. Esse comportamento, tendo como fulcro a interpretação feita sobre a realidade e a legitimidade social, denota a explicação dada pelos institucionalistas sociológicos quanto à origem e à modificação das instituições. As instituições surgiram e se modificariam em razão de problemas de coordenação.

Como já demonstrado, a vertente sociológica do (neo)institucionalismo é a predominante nos estudos organizacionais. Suas contribuições mais relevantes para a teoria das organizações podem ser resumidas em: (a) percepção do ambiente organizacional não somente como fonte de recursos materiais, mas também como fonte de elementos simbólicos; (b) entendimento de que a competição não se dá apenas por elementos objetivos (eficiência/eficácia/efetividade), em uma lógica de mercado, mas também por elementos subjetivos (legitimidade e aceitação social); (c) concepção de estrutura como a união de ação e símbolo; (d)

3 Uma revisão do conceito de campo organizacional em diferentes perspectivas de análise é encontrada em: Machado-da-Silva, Guarido Filho e Rossoni na obra *Campos organizacionais: seis diferentes leituras e a perspectiva de estruturação*, publicada na *Revista de Administração Contemporânea* [online]. (2006).

postulado de que a estrutura formal é construída e utilizada com base em fins simbólicos, rompendo com a tradição dominante de que a estrutura é constituída e visa a fins unicamente técnicos (eficiência e alocação adequada de recursos objetivos); e (e) compreensão de que a avaliação das organizações pelo ambiente externo poderia estar na observação da estrutura formal (caracteristicamente simbólica) e não nos resultados tangíveis de desempenho de tarefas.

4 O MOMENTUM DA PRODUÇÃO ACADÊMICA INSTITUCIONALISTA BRASILEIRA EM ADMINISTRAÇÃO

A produção acadêmica institucionalista brasileira em Administração, conforme já arrazoadado outrora, é claramente atrelada ao novo institucionalismo sociológico. Embrionários são os estudos e as contribuições a partir de outras vertentes teórico-disciplinares institucionalistas. Ademais, aludida produção acadêmica está fortemente centralizada em seletos grupos de pesquisadores, que convergem os estudos para uma, não obstante relevante, limitada agenda de pesquisa.

Atualmente, os estudos institucionalistas brasileiros em Administração concentram-se em dois núcleos: o Observatório da Realidade Organizacional e o Programa de Pós-Graduação em Administração (PPGADM) da Universidade Federal do Paraná (UFPR).

O primeiro núcleo é um grupo de pesquisa interinstitucional composto por pesquisadores ligados aos Programas de Pós-Graduação em Administração da Universidade Federal de Pernambuco (PROPAD/UFPE); da Universidade Federal de Santa Catarina (CPGA/UFSC); da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (PPGA/UFRGS); e da Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas da Fundação Getúlio Vargas (EBAPE/FGV). Sua substancial produção científica é capitaneada por pesquisadores como Marcelo Milano Falcão Vieira (EBAPE/FGV); Cristina Amélia Pereira de Carvalho (UFRGS); Alketa Peci (EBAPE/FGV); Rosimeri de Fátima Carvalho da Silva (UFRGS); Fernando Dias Lopes (UFRGS); e Sueli Maria Goulart Silva (UFRGS).

Já o Programa de Pós-Graduação em Administração da UFPR tem sua produção acadêmica em institucionalismo concentrada na figura de Clóvis Luiz

Machado-da-Silva. Outros pesquisadores com produção digna de registro são João Marcelo Crubellate, da Universidade Estadual de Maringá (UEL), e Valéria Silva da Fonseca, da Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUC/PR).

A produção local pode ser apartada em quatro grandes conjuntos de estudos: o primeiro, predominante, especialmente vinculado ao Observatório da Realidade Organizacional, é de cunho empírico, procurando investigar precipuamente em organizações culturais, sociais e desportivas (universidades, teatros, museus, clubes de futebol, dentre outras) fenômenos como a relação ambiente institucional e a mudança organizacional (PACHECO, 2001; LOPES, 1999; MACHADO-DA-SILVA; GUARIDO FILHO, 2001); os processos de configuração e de institucionalização de campos organizacionais (SILVA; OLIVEIRA, 2008; MARIZ, 2009; VIEIRA *et al.*, 2001; SILVA, RODRIGUES, 2006; PACHECO; LORÊTO, 2007; PEGI; VIEIRA, 2007; MACHADO-DA-SILVA; COSER, 2006; GOULART; MENEZES; GONÇALVES, 2002); e de isomorfismo organizacional (CARVALHO, 2000; CARVALHO; GONÇALVES; ALCÂNTARA, 2005; PACHECO, 2002; MISOCZKY, 2005; AGUIAR, 2007; MACHADO-DA-SILVA; COSER, 2006). A figura do Estado e sua influência nos fenômenos investigados são recorrentes.

O segundo conjunto, bastante embrionário, preocupa-se com o enriquecimento da teoria institucional a partir da aplicação de teorias complementares, como a economia dos custos de transação, a perspectiva evolucionista e a abordagem das interações estratégicas da firma (BRONZO; HONÓRIO, 2005), a teoria da dependência de recursos (ROSSETTO; ROSSETTO, 2005), a teoria dos sistemas sociais autopoieticos (CRUBELLATE, 2007), e a perspectiva pós-estruturalista (de Foucault). (PEGI; VIEIRA; CLEGG, 2006)

O terceiro conjunto busca aplicar os conceitos e contribuições da teoria institucional aos estudos em estratégia (GONÇALVES, 2007; GIMENEZ; JÚNIOR; GRAVE, 2007; CRUBELLATE; PASCUCI; GRAVE, 2008; VASCONCELOS, 2004; MACHADO-DA-SILVA; COCHIA, 2004; MACHADO-DA-SILVA; BARBOSA, 2002; MACHADO-DA-SILVA; VIZEU, 2007; MACHADO-DA-SILVA; FONSECA; FERNANDES, 1998; MACHADO-DA-SILVA; FONSECA, 2002) e em marketing (SANTOS, 1999). Clóvis Luiz Machado-da-Silva é figura recorrente nos estudos que envolvem es-



estratégia e teoria institucional. Os principais fenômenos investigados, à semelhança do primeiro conjunto, são o isomorfismo institucional e a influência do ambiente institucional nos processos de mudança estratégica.

O último conjunto de estudos é aquele eminentemente teórico, que, a partir de discussão e posicionamento conceituais, preocupa-se com potenciais desenvolvimentos conceituais e metodológicos da teoria institucional. Citam-se, nesse sentido, os estudos de Machado-da-Silva, Fonseca e Crubellate (2005), Carvalho, Vieira e Lopes (1999), Carvalho, Vieira e Goulart (2005), Crubellate, Grave e Mendes (2004), Peci (2006) e Machado-da-Silva, Guarido Filho e Rossoni (2006), todos propondo avanços teóricos ao campo, mediante crítica e/ou integração das constatações vigentes.

Os quatro conjuntos de estudo, de maneira integrada, permitem a construção de um panorama dos estudos acadêmicos brasileiros em institucionalismo na Administração. A vertente teórico-disciplinar dominante é a sociológica; o enfoque metodológico dominante é o empírico; a agenda de pesquisa é limitada aos fenômenos do isomorfismo, ambiente institucional (e legitimidade) e campo organizacional; o referencial teórico utilizado reproduz a *mainstream* da academia mundial.

Isso, ao mesmo tempo que reflete a preocupação da academia brasileira em legitimar sua produção ao seguir aquilo já consagrado além-fronteiras, reduz em muito o espectro de contribuições que a teoria institucional pode trazer aos estudos organizacionais brasileiros.

Uma alternativa a esse reducionismo é a exploração de outras vertentes teórico-disciplinares do novo institucionalismo, como aquelas abordadas, a partir de referencial epistemológico, conceitual, metodológico e empírico espaciotemporalmente fundamentado em bases locais.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nem permeabilidade excessiva nem “quarenismo”⁴, tampouco unidisciplinaridade. O holindividualismo, em complemento ao novo institucionalismo sociológico, tem maior potencialidade para a contribuição aos estudos organizacionais. Mesmo as outras vertentes teórico-disciplinares institucionalistas, tomadas individualmente e/ou em conjunto com a abordagem sociológica, como demonstrado, permitem uma visão diferenciada/complementar dos fenômenos correntemente investigados e uma ampliação da agenda local de pesquisas.

Deve-se refutar a incompatibilidade de paradigmas nos estudos em institucionalismo aplicados à Administração. O campo analítico da teoria neoinstitucional é bastante amplo e complexo para ser vislumbrado à luz de uma única disciplina.

Em complemento ao que advoga Reed (2004) para a teoria organizacional, o discurso da teoria neoinstitucional deve ser considerado como um terreno contestável e contestado de conceitos e vertentes. A conversação entre tais conceitos e vertentes deve ser construída a partir de bases locais, pois, como postulam Wood Jr. e Caldas (2007), os fenômenos organizacionais e gerenciais são mais adequadamente compreendidos a partir da apreensão de traços elementares da cultura nacional, com referencial teórico que leve em conta a textura sociocultural brasileira, sob a pena de predominar entre nós um “colonialismo institucional”.

Ao invés da reprodução ou da adaptação disfarçada de arcabouço teórico e metodológico estrangeiro, deve-se semear o antropofagismo nos estudos institucionalistas brasileiros em Administração: a importação intelectual é bem-vinda, desde que a ela sejam conferidos significado, cor, valor e matiz locais.

O antropofagismo em teoria institucional deve ter como natureza epistemológica o caráter eclético e questionador: em lugar da reprodução, o acolhimento de pressupostos condizentes com os aspectos socioculturais e organizacionais brasileiros, o que permitirá à teoria institucional explicar de forma mais fidedigna a problemática que investiga, a partir de uma agenda de pesquisas local.

4 Em uma alusão a Policarpo Quaresma, personagem de Lima Barreto – um patriotismo extremo, imune a qualquer interferência estrangeira.

O objetivo, aqui, foi o de demonstrar a necessidade de uma sementeira antropofágica tupiniquim no campo da teoria institucional.

REFERÊNCIAS

- AGUIAR, Afrânio Carvalho. Percepções de pesquisadores sobre atividades cooperativas de P&D: uma análise com base na teoria institucional. **Revista de Administração Contemporânea**, Curitiba, v. 11, n. 4, p. 59-86, out./dez. 2007.
- BERGER, Peter L.; LUCKMANN, Thomas. **A construção social da realidade**: tratado de sociologia do conhecimento. 13. ed. Petrópolis: Vozes, 1996.
- BRONZO, Marcelo; HONÓRIO, Luiz. O institucionalismo e a abordagem das interações estratégicas da firma. **RAE-eletrônica**, v. 4, n. 1, art. 5, jan./jun. 2005. Disponível em: <<http://www.rae.com.br/electronica>>. Acesso em: 18 set. 2009.
- CALDAS, Miguel P.; WOOD JR., Thomaz. Antropofagia organizacional. In: **Comportamento organizacional**: uma perspectiva brasileira. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2007.
- CARVALHO, Cristina Amélia. A transformação organizacional das ONGs no Brasil: um processo de isomorfismo com as ONGs do norte. In: I EnEO Encontro Nacional de Estudos Organizacionais, 2000, Curitiba. **Anais...** Curitiba: ANPAD, 2000.
- CARVALHO, Cristina Amélia; GONÇALVES, Julio Cesar de Santana; ALCÂNTARA, Bruno César Santos de. Transformações no contexto do futebol brasileiro: o estado como agente de mudança. **Gestão. Org. Revista Eletrônica de Gestão Organizacional**, v. 3, n. 1, p. 5-17, jan./abr. 2005. Disponível em: <www.gestaoorg.dca.ufpe.br>. Acesso: 13 ago. 2009.
- CARVALHO, Cristina Amélia; VIEIRA, Marcelo Milano Falcão; GOULART, Sueli. A trajetória conservadora da teoria institucional. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 39, n. 4, p. 849-874, jul./ago. 2005a.
- CARVALHO, Cristina Amélia; VIEIRA, Marcelo Milano Falcão; LOPES, Fernando Dias. Contribuições da perspectiva institucional para análise das organizações. In: XXIII ENANPAD Encontro Anual da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Administração, 1999, Foz do Iguaçu. **Anais...** Foz do Iguaçu: ANPAD, 1999.
- CONCEIÇÃO, Octavio Augusto Camargo. **Instituições, crescimento e mudança na ótica institucionalista**. Porto Alegre: Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser, 2001.
- CONCEIÇÃO, Octavio Augusto Camargo. O conceito de instituição nas modernas abordagens institucionalistas. **Revista de Economia Contemporânea**, Rio de Janeiro, v. 6, n. 2, p. 119-148, jul./dez. 2002.
- CRUBELLATE, João Marcelo. Três contribuições neofuncionalistas à teoria institucional em organizações. **Revista de Administração Contemporânea**, Curitiba, v. 11, 1. ed. Especial, 199-222, 2007.
- CRUBELLATE, João Marcelo; GRAVE, Paulo Sérgio; MENDES, Ariston Azevedo. A questão institucional e suas implicações para o pensamento estratégico. **Revista de Administração Contemporânea**, Curitiba, v. 8, edição especial, p. 37-60, 2004.
- CRUBELLATE, João Marcelo; PASCUCCHI, Lucilaine; GRAVE, Paulo Sérgio. Contribuições para uma visão baseada em recursos legítimos. **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v. 48, n. 4, p. 8-19, out./dez. 2008.
- DAFT, Richard L. **Organizações: teoria e projetos**. São Paulo: Thomson, 2006.
- DiMAGGIO, Paul J.; POWELL, Walter W. A gaiola de ferro revisitada: isomorfismo institucional e racionalidade coletiva nos campos organizacionais. **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v. 45, n. 2, p. 74-89, abr./jun. 2005.



- FERNANDES, Antônio Sérgio A. Path dependency e os estudos históricos comparados. **Anais do XXIV Simpósio Nacional de História**, São Leopoldo, 2007.
- FIANI, Ronaldo. A natureza multidimensional dos direitos de propriedade e os custos de transação. **Economia e Sociedade**, Campinas, v. 12, n. 2, p. 185-203, jul./dez. 2003.
- FONSECA, Valéria Silva da. A abordagem institucional nos estudos organizacionais: bases conceituais e desenvolvimentos contemporâneos. In: VIEIRA; Marcelo Milano Falcão; CARVALHO, Cristina Amélia (Org.). **Organizações, instituições e poder no Brasil**. Rio de Janeiro: FGV, p. 47-63, 2003.
- GIMENEZ, Fernando Antonio Prado; JÚNIOR, Paulo Hayashi; GRAVE, Paulo Sérgio. Isomorfismo mimético em estratégia: uma ferramenta para investigação. **Revista de Administração Mackenzie**, São Paulo, v. 8, n. 4, p. 35-59, 2007.
- GONÇALVES, Sandro Aparecido. Mudanças estruturais e estratégias: um estudo de multicase sob a perspectiva neo-institucional. **Revista de Gestão USP**, São Paulo, v. 14, n. 2, p. 1-15, abr./jun. 2007.
- GOULART, Sueli; MENEZES, Michelle F. Fortunato de; GONÇALVES, Julio Cesar de Santana. Composição e características do campo organizacional dos museus e teatros da Região Metropolitana da Cidade de Recife. In: II EnEO Encontro de Estudos Organizacionais, 2002, Recife. **Anais...** Recife: ANPAD, 2002.
- HALL, Peter A.; TAYLOR, Rosemary C. R. As três versões do neo-institucionalismo. **Lua Nova Revista de Cultura e Política**, São Paulo, n. 58, p. 193-223, 2003.
- KIRSCHBAUM, Charles; CRUBELLATE, João Marcelo. As várias institucionalizações da teoria neo-institucional. **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, vol. 49, n. 1, p. 108-109, jan./mar. 2009.
- LOPES, Fernando Dias. Teoria institucional e gestão universitária: uma análise do processo de avaliação institucional na Unijuí. **Revista Eletrônica da Administração**, Porto Alegre, v. 5, n. 4, p. 1-21, nov./dez. 1999.
- MACHADO-DA-SILVA, Clóvis L.; BARBOSA, Solange de Lima. Estratégia, fatores de competitividade e contexto de referência das organizações: uma análise arquetípica. **Revista de Administração Contemporânea**, Curitiba, v. 6, n. 3, p. 7-32, set./dez. 2002.
- MACHADO-DA-SILVA, Clóvis L.; COCHIA, Camilla B. Rodrigues. Ambiente, interpretação e estratégia em organizações paranaenses dos setores de vestuário e alimentos. **Revista de Administração Contemporânea**, Curitiba, v. 8, edição especial, p. 11-35, 2004.
- MACHADO-DA-SILVA, Clóvis L.; COSER, Claudia. Rede de relações interorganizacionais no campo organizacional de Videira-SC. **Revista de Administração Contemporânea**, Curitiba, v. 10, n. 4, p. 9-45, out./dez. 2006.
- MACHADO-DA-SILVA, Clóvis L.; FONSECA, Valéria Silva da. Conversação entre abordagens da estratégia em organizações: escolha estratégica, cognição e instituição. **Organizações & Sociedade**, v. 9, n. 25, p.93-109, set./dez. 2002.
- MACHADO-DA-SILVA, Clóvis L.; FONSECA, Valéria Silva da; CRUBELLATE, João Marcelo. Estrutura, agência e interpretação: elementos para uma abordagem recursiva do processo de institucionalização. **Revista de Administração Contemporânea**, Curitiba, v. 9, 1. ed. Especial, p. 9-39, 2005.
- MACHADO-DA-SILVA, Clóvis L.; FONSECA, Valéria Silva da; FERNANDES, Bruno H. Rocha. Mudança e estratégia nas organizações: perspectivas cognitiva e institucional. In: XXII ENANPAD Encontro Anual da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Administração, 1998, Foz do Iguaçu. **Anais...** Foz do Iguaçu: ANPAD, 1998.
- MACHADO-DA-SILVA, Clóvis L.; GUARIDO FILHO, Edson Ronaldo. A influência de valores ambientais e organizacionais sobre a aprendizagem organizacional na indústria alimentícia paranaense. **Revista de Administração Contemporânea**, Curitiba, v. 5, n. 2, p. 33-63, maio/ago. 2001.
- MACHADO-DA-SILVA, Clóvis L.; GUARIDO FILHO, Edson R.; ROSSONI, Luciano. Campos organizacionais: seis diferentes leituras e a perspectiva de estruturação. **Revista de Administração Contemporânea**, Curitiba, v. 10, edição especial, 159-196, 2006.

MACHADO-DA-SILVA, Clóvis L.; GONÇALVES, Sandro A. Nota técnica: a teoria institucional. In: CALDAS, Miguel Pinto; FACHIN, Roberto; FISCHER, Tânia (Org.). *Handbook de estudos organizacionais*. São Paulo: Atlas, 2004, v. 1, p. 218-225.

MARCH, James G.; OLSEN, Johan P. Neo-institucionalismo: fatores organizacionais na vida política. **Revista de Sociologia Política**, Curitiba, v. 16, n. 31, p. 121-142, nov. 2008.

MARIZ, Luiz Alberto da Costa. A criação de um setor de software entre os contextos periférico e semiperiférico: o campo organizacional como um sistema aberto. **Cadernos Ebape.br** (online), Rio de Janeiro, v. 7, n. 1, p. 1-18, mar. 2009. Disponível em: <www.ebape.fgv.br/cadernosebape>. Acesso em: 2 ago. 2009.

MISOCZKY, Maria Ceci. O isomorfismo normativo e a análise de organizações de saúde. **RAE-eletrônica**, v. 4, n. 1, art. 6, jan./jun. 2005. Disponível em: <http://www.rae.com.br/eletronica>. Acesso em: 18 set. 2009.

MOTTA, Fernando Cláudio Prestes; VASCONCELOS, Isabella Francisca Freitas Gouveia de. **Teoria Geral de Administração**. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2002.

MUELLER, Suzana Pinheiro Machado. A comunicação científica e o movimento de acesso livre ao conhecimento. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 35, n. 2, p. 27-38, maio/ago. 2006.

PACHECO, Flávia Lopes. O ambiente institucional como agente de mudança: o caso do teatro Apolo-Hermilo. In: XXV Encontro Nacional de Pós-Graduação em Administração, 2001, Campinas. **Anais...** Campinas: ANPAD, 2001.

_____. O isomorfismo institucional nos teatros da Região Metropolitana de Recife. In: II EnEO Encontro de Estudos Organizacionais, 2002, Recife. **Anais...** Recife: ANPAD, 2002.

PACHECO, Flávia Lopes; LORÊTO, Myrna Sueli da Silva. A inserção da lógica de mercado no campo cultural: a relação entre as instituições bancárias e a cultura em Recife. **Cadernos Ebape.br** (online), Rio de Janeiro, v. 5, n. 4, p. 1-14, dez. 2007. Disponível em: <www.ebape.fgv.br/cadernosebape>. Acesso em: 4 ago. 2009.

PECI, Alketa. A nova teoria institucional em estudos organizacionais: uma abordagem crítica. **Cadernos Ebape.br** (online), Rio de Janeiro, v. 4, n. 1, p. 1-12, mar. 2006. Disponível em: <www.ebape.fgv.br/cadernosebape>. Acesso em: 24 ago. 2009.

PECI, Alketa; VIEIRA, Marcelo Milano Falcão. Discurso e a construção do real: um estudo do processo de formação e institucionalização do campo da biotecnologia. **Gestão. Org. Revista Eletrônica de Gestão Organizacional**, v. 5, n. 1, p. 4-19, jan./maio 2007. Disponível em: <www.gestaoorg.dca.ufpe.br>. Acesso: 15 ago. 2009.

PECI, Alketa; VIEIRA, Marcelo Milano Falcão; CLEGG, Stewart R. A construção do “real” e práticas discursivas: o poder nos processos de institucionaliz(ação). **Revista de Administração Contemporânea**, Curitiba, v. 10, n. 3, p. 51-71, jul./set. 2006.

PRZEWORSKI, Adam. As instituições são a causa primordial do desenvolvimento econômico? **Novos Estudos**, São Paulo, n. 72, jul. 2005.

RAMOS, Alberto Guerreiro. **A nova ciência das organizações**: uma reconceitualização da riqueza das nações. Rio de Janeiro: FGV, 1981.

REED, Michael. Teorização Organizacional: um campo historicamente contestado. In: CALDAS, Miguel Pinto; FACHIN, Roberto; FISCHER, Tânia (Org.). **Handbook de estudos organizacionais**. São Paulo: Atlas, 2004. 1 v.

ROSSETTO, Carlos Ricardo; ROSSETTO, Adriana Marques. Teoria institucional e dependência de recursos na adaptação organizacional: uma visão complementar. **RAE-eletrônica**, v. 4, n. 1, art. 7, jan./jun. 2005. Disponível em: <http://www.rae.com.br/eletronica>. Acesso em: 18 set. 2009.

SANTOS, Gilmar José dos. A teoria institucional e a análise das operações de franquia: um olhar diferente das abordagens tradicionais do marketing. **Revista Eletrônica da Administração**, Porto Alegre, v. 5, n. 4, p. 1-22, nov./dez. 1999.

SILVA, Rosimeri Carvalho da; OLIVEIRA, Rafael Pereira. Instituições e conflitos no campo dos museus de Santa Catarina. **Cadernos Ebape.br** (online), Rio de Janeiro, v. 6, n. 3, p. 1-16, set. 2008. Disponível em: <www.ebape.fgv.br/cadernosebape>. Acesso em: 30 ago. 2009.



SILVA, Rosimeri Carvalho da; RODRIGUES, Marcio Silva. Empresarização no Figueirense Futebol Club e no Sport Club Internacional. Gestão.Org. **Revista Eletrônica de Gestão Organizacional**, v. 4, n. 3, p. 38-53, nov./dez. 2006. Disponível em: <www.gestaoorg.dca.ufpe.br>. Acesso: 23 ago. 2009.

SCHOMMER, Paula Chies. Gestão pública no Brasil: notícias do teatro de operações. **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v. 43, n. 4, p. 102-107, out./dez. 2003.

THÉRET, Bruno. As instituições entre as estruturas e as ações. **Lua Nova Revista de Cultura e Política**, São Paulo, n. 58, p. 225-254, 2003.

VASCONCELOS, Flávio Carvalho de. A institucionalização das estratégias de negócios: o caso das start-ups na internet brasileira em uma perspectiva construtivista. **Revista de Administração Contemporânea**, Curitiba, v. 8, n. 2, p. 159-179, abr./jun. 2004.

VIEIRA, Marcelo Milano Falcão *et al.* O setor cultural de Porto Alegre: formação e característica a partir da teoria institucional. **Revista Eletrônica da Administração**, Porto Alegre, v. 7, n. 3, p. 1-22, maio/jun. 2001.

ZUCKER, Lynne G.; TOLBERT, Pamela S. A institucionalização da teoria institucional. In: CALDAS, Miguel Pinto; FACHIN, Roberto; FISCHER, Tânia (Org.). **Handbook de estudos organizacionais**. São Paulo: Atlas, 2004, v. 1, p. 194-217.